

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021.

Partes – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Santa Maria, com sede em Santa Maria RS, à Rua Venâncio Aires, 1795, Ed.Princesa, 2º Andar Sala 22, CNPJ 87676367/0001-08, representado por seu Presidente, JOSÉ JOÃO GEREMIA, solteiro, auxiliar de escritório CPF 303.683.830-91 a seguir chamado apenas Sindicato Profissional e

UNIMED SANTA MARIA/RS – Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda., com sede na rua Professor Braga 141, Bairro Centro, inscrito no CNPJ 87.497.368/0001-95, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente Dr. ERNANI CLÓVIS BULOW, casado, médico, CPF.411.170.260-00.

01. REAJUSTE SALARIAL: As empresas concederão um reajuste salarial de 2.69% (dois ponto sessenta e nove por cento) a todos os seus empregados, integrantes da categoria representada pelo suscitante, pago a partir de 1º de Abril de 2021.sem retroatividade da data base.

02. ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE: Será de 3% (três por cento), a incidir sobre o salário base, pago mês a mês.

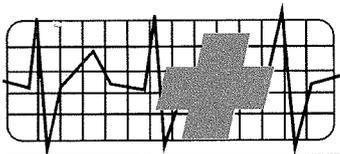
03. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO: Será concedido 3% (três por cento), calculado sobre o salário base, a cada três anos de trabalho prestado ao mesmo empregador.

04-SALÁRIO NORMATIVO:

A) Auxiliares, Técnicos de enfermagem e de laboratório e Instrumentadores Cirúrgicos: R\$ 1.492,00, (Hum mil, Quatrocentos e e noventa e dois reais)

B) Atendentes de enfermagem e serviços burocráticos, secretárias, tesouraria, almoxarifado, setor de compras, porteiro, recepção, Same, balconista, digitadores e faturamento: R\$ 1.235,00 (Hum mil.duzentos e trinta e cinco reais)

C) Aos demais integrantes da categoria: R\$ 1.218,00 (Hum mil,duzentos e dezoito reais)



§1º-Os salários normativos acima citados, tem a sua validade a partir de 1º de Abril 2021

05. CONQUISTAS: Ficam respeitados os pisos maiores para os empregados que negociarem diretamente, desde que estejam acompanhadas de seus Sindicatos, conforme estabelece o artigo 8º, inciso VI da Constituição Federal.

06. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE: Insalubridade média a todos os integrantes da categoria, de 20% (vinete por cento) incidente sobre o salário mínimo.

07. HORAS EXTRAS: Serão pagas com 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal nas duas primeiras e 75% (setenta e cinco por cento) as demais.

08. ADICIONAL NOTURNO: Das 22:00 às 07:00 horas da manhã do dia seguinte, um adicional de 35% (trinta e cinco por cento) calculado sobre o salário básico do empregado que laborar neste período, proporcionalmente as horas trabalhadas.

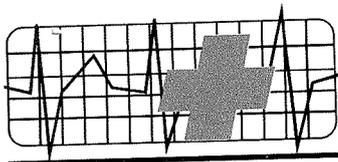
09. DATA BASE: Será mantida em 1º de setembro de cada ano.

10. ESTABILIDADE: Ao empregado acidentado ou em auxílio doença, 30 (trinta) dias após o retorno da alta previdenciária; estabilidade para gestante será aquela estabelecida na Constituição Federal.

11. AVISO PRÉVIO: Será de 30 (trinta) dias, acrescido de 05 (cinco) dias por ano ou fração igual ou superior a 6 (seis) meses de serviço na mesma empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Limitando a 90 (noventa) dias para os empregados admitidos até 31 de agosto de 2003.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Limitando a 60 (sessenta) dias para os empregados admitidos a partir de 1º de setembro de 2003.



12. JORNADA DE TRABALHO: A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, caso de jornada menor a remuneração será proporcional as horas efetivamente trabalhadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Serão 13 (treze) os plantões mensais noturnos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os trabalhadores de turnos contínuos poderá ser estabelecido o horário de 06 (seis) horas durante os 05(cinco) dias e 10 (dez) horas trabalhadas em 01 (um) dia, com intervalo mínimo de 01 (uma) hora e no máximo de 02(duas) horas.

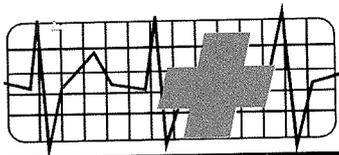
13-TROCA DE FERIADO: Será permitido a troca do feriado por outro dia, desde que seja no período de 30 (trinta) dias a contar da data do feriado. Caso não seja concedida a folga no período estabelecido, o mesmo será pago como hora extra.

14- EMPREGADO ESTUDANTE: Terão suas faltas abonadas nos horários de exames ou provas escolares, desde que, em estabelecimentos oficiais ou reconhecidos como tal, devendo ser feita a comunicação à empresa com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas e posterior comprovação.

15.-QUEBRA DE MATERIAL: Ficam os empregados dispensados da indenização do material utilizado no desempenho da função quando danificado, desde que tenham agido sem dolo e apresentem o mesmo.

16-FORNECIMENTO DE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS: Quando exigido pela empresa, ou por lei, ficam as empresas obrigadas a fornecer gratuitamente e confeccionados os uniformes e EPIs.

17- DISPENSA DO AVISO PRÉVIO: As empresas dispensarão o empregado do cumprimento do aviso prévio, sem percepção dos salários nos dias restantes a partir do momento em que o empregado comprovar ter obtido outro emprego, isto somente para os empregados demitidos.



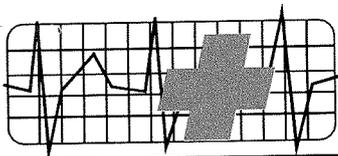
18- FÉRIAS: Não poderão ter seu início em sextas feiras, as vésperas de Natal ou Final de Ano ou nos dias que antecedem feriados. *(Desde que não haja manifestação expressa em contrário, por parte do empregado).*

19. FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS: Obrigatoriedade de fornecimento de documentos pela empresa à todos os empregados, de cópias de recibo de pagamento por estes assinados em papel timbrado e com identificação da empresa, discriminando as quantias recebidas, descontos efetuados e importâncias recolhidas ao FGTS, contendo a data do efetivo pagamento; as empresas, a pedido do empregado deverão fornecer aos que tiverem rescindido seus contratos de trabalho por qualquer motivo, as RSC, formulários fornecidos pelo INSS e o PPP para solicitação de aposentadoria especial, discriminando as atividades desenvolvidas, insalubres e perigosas, e o formulário para salário desemprego, sob pena de ressarcir os prejuízos que o empregado venha a sofrer; obrigatoriedade de anotação correta na CTPS dos empregados da efetiva função exercida pelos mesmos; os exames médicos e laboratoriais exigidos para admissão do empregado e aqueles exigidos por lei serão pagos pela empresa; durante a vigência do acordo ou decisão normativa a homologação dos recibos de quitação relativos as rescisões de contrato só terão validade se assistidas pelo Sindicato profissional ou representante do Ministério do Trabalho.

20. SALÁRIOS NOS FINAIS DE SEMANA: O pagamento de salários quando ocorrer nas sextas-feiras deverá ser feito em moeda corrente nacional. Se realizado em cheque, deverá ser efetuado até às 14:00 (quatorze horas), no máximo.

21. MULTA GERAL: Fica estabelecida uma multa de meio salário mínimo nacional em favor do empregado prejudicado se descumpridas quaisquer das cláusulas do presente acordo.

22-ABONO DE FALTA: Para levar filho menor de 06 (seis) anos ao médico, ou para internação hospitalar ausência remunerada de um dia por semestre comprovada por atestado médico e apresentado



nos 2 (dois) dias subsequentes a ausência, sob pena de não ter o abono concedido.

23-AUTORIZAÇÃO: Quando devidamente autorizado pelo empregado associado, a empresa descontará em folha de pagamento a contribuição devida ao Sindicato suscitante, desde que notificada, por este, em tempo hábil. Nenhum valor será descontado de empregado não associado.

24-LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES: A empresa liberará os empregados pertencentes a Diretoria do Sindicato suscitante, sem prejuízo de seus salários quando houver Assembléias ou reuniões Estatutárias.

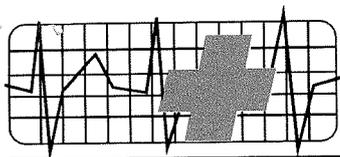
25-LIBERDADE SINDICAL: Assegura-se o direito ao acesso dos dirigentes sindicais ao estabelecimento, conforme necessidade, em local previamente definido e autorizado

26- EQUIPARAÇÃO SALARIAL: Os estabelecimentos de serviços de saúde cuja data base é 1º de setembro pagarão a todos os seus empregados, após 240 (duzentos e quarenta) dias da admissão, a título de salário base, o maior valor pago, na mesma função e na mesma empresa para os admitidos a partir de primeiro de setembro 2012. Exceto aquelas empresas que possuem planos de cargos e salários homologado pelo Ministério do Trabalho.

27- LICENÇA FUNERAL: Será de 3 (três) dias pelo falecimento de pais, filhos ou cônjuge. Demais ascendentes, descendentes, irmãos e outros seguem as normas estabelecidas na CLT.

28-ABRANGÊNCIA: Estas disposições abrangerão a todos os empregados da **UNIMED SANTA MARIA/RS** com data base em primeiro de setembro e representados na base territorial do Sindicato dos Empregados.

29-VIGÊNCIA: A vigência do presente acordo coletivo será de 12 (doze) meses, tendo início em primeiro de setembro de 2020.



30-CARTA DE RECOMENDAÇÃO: O empregado dispensado pela empresa ou que pedir demissão do emprego terá direito a carta de recomendação, sempre que requerida por escrito pelo empregado em processo de desligamento, exceto justa causa, limitando-se ao prazo existente entre a dação do aviso prévio e a rescisão do contrato.

31-VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO: Benefício concedido a todos os colaboradores, na última quarta-feira do mês anterior. Será concedido também no período das férias. Não será concedido em auxílio doença/ acidente e licença maternidade. A partir de 1º de setembro de 2020, o benefício será reajustado em 5.69% passando para R\$.402,00 (quatrocentos e dois reais), com um desconto de 5% (cinco por cento). e em dezembro de 2020 com reajuste de 7.86% o vale passa para r\$.433.19 (quatrocentos e trinta e três reais e dezenove centavos) com o desconto de 5% (cinco por cento)

32-FOLGA ANIVERSÁRIO: A Empresa concederá ao empregado uma folga no mês do seu aniversário. conforme escala (a partir de janeiro de 2020).

33-CONTROLE DE JORNADA: A Empresa poderá usar a PORTARIA Nº 373 de 25.02.2011, que dispõe sobre a possibilidade de adoção pelos empregadores de sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, para as regionais.

Santa Maria, 29 de setembro de 2020.

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Santa Maria

Gersei Elizabeth de Moraes Copetti

As. Médica

UNIMED SANTA MARIA/RS
COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE LTDA

Dr. Ernani Clóvis Bulew
CRM 17874/RS
Presidente

Unimed Santa Maria/RS – Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda.